Uma universidade do futuro não se reconhece apenas pelos ecrãs nas salas de aula ou pela rapidez da sua ligação à internet. Reconhece-se na pergunta que faz a quem entra: “Que problema gostaria de compreender e ajudar a resolver?” Durante muito tempo, foi possível imaginar um percurso relativamente linear: estudar, obter um diploma e aplicar durante décadas o conhecimento adquirido. Hoje, as profissões mudam, as comunidades enfrentam desafios novos e as respostas raramente cabem numa única disciplina. A universidade precisa, por isso, de preparar pessoas capazes de continuar a aprender quando já não houver um professor à sua frente.

O diploma conserva o seu valor. Em Portugal, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2025) indica uma taxa de emprego de 91% entre adultos com formação superior. Mas encontrar trabalho é apenas uma das formas de avaliar o que uma instituição oferece. Importa saber se os seus diplomados conseguem interpretar informação, reconhecer os limites do que sabem, trabalhar com pessoas de outras áreas e agir perante situações que os manuais ainda não descrevem. Uma formação exigente deixa conhecimentos sólidos e, ao mesmo tempo, a humildade necessária para os rever.

É na sala de aula que esta mudança se torna visível. Um estudante pode ter acesso imediato a textos, vídeos e respostas produzidas por sistemas digitais. O papel do docente ganha, assim, novas exigências: ajudar a distinguir uma afirmação bem fundamentada de uma resposta apenas convincente; propor perguntas que obriguem a relacionar ideias; e criar espaço para discutir consequências, dúvidas e erros. Aprender não é acumular informação disponível num dispositivo. É conseguir examiná-la, confrontá-la com a realidade e explicar por que razão uma conclusão merece confiança.

A inteligência artificial torna esta responsabilidade particularmente urgente. Num levantamento divulgado pela UNESCO (2025), quase dois terços das instituições ligadas às suas redes académicas já tinham orientações sobre a utilização dessa tecnologia ou estavam a prepará-las. O resultado descreve as instituições abrangidas pelo inquérito; não representa, por si só, todas as universidades do mundo. Mostra, ainda assim, que muitas procuram regras para uma prática que já entrou no quotidiano de estudantes e docentes. A questão deixou de ser se estas ferramentas serão usadas. Passou a ser como ensinar a verificar o que produzem, proteger dados e tornar claro o contributo de cada pessoa num trabalho.

Para isso, a avaliação também terá de mudar. Pedir apenas um texto final, feito fora da sala,

pode dizer pouco sobre o percurso de aprendizagem. Uma apresentação oral, a discussão de decisões tomadas num projeto, a análise de dados ou a revisão fundamentada de uma primeira resposta permitem observar melhor o raciocínio do estudante. O objetivo não é multiplicar provas nem desconfiar de todos. É dar valor ao processo pelo qual alguém chega a uma ideia e consegue defendê-la. A OCDE (2026) sublinha a necessidade de uma adoção responsável e sistemática da inteligência artificial no ensino superior, incluindo orientação para docentes e estudantes.

O futuro também pede encontros entre áreas que, por hábito, estudam em edifícios separados. Uma questão sobre envelhecimento pode reunir enfermagem, arquitetura, informática, direito e estudos sociais. Uma questão sobre água pode envolver biologia, engenharia, agricultura e os habitantes que conhecem o território. Cada área oferece métodos próprios; nenhuma possui, isoladamente, todas as respostas. Ensinar a colaborar implica tempo para ouvir, capacidade de traduzir conceitos e respeito por contributos diferentes. O estudante aprende então que uma boa solução nasce tanto da precisão do seu trabalho como da forma como se liga ao trabalho dos outros.

Esta ligação deve estender-se para além do campus. Municípios, escolas, associações, hospitais e pequenas empresas conhecem dificuldades que nem sempre chegam às revistas académicas. Podem ajudar a formular perguntas relevantes e a experimentar respostas, enquanto os investigadores contribuem com métodos para as estudar com rigor. Uma parceria vale mais quando ambas as partes aprendem e quando os resultados regressam às pessoas que participaram. Um projeto sobre deslocações, por exemplo, não termina na publicação de um artigo se os moradores continuarem sem saber o que foi descoberto ou se alguma proposta poderá ser aplicada.

As instituições têm também de abrir as portas a quem regressa aos estudos depois de anos de trabalho. Um profissional que procura uma nova competência traz experiência, responsabilidades familiares e horários que não cabem facilmente no modelo pensado para quem tem dezoito anos. Percursos mais flexíveis, unidades de formação que possam ser combinadas e reconhecimento de aprendizagens anteriores podem aproximar a universidade destas pessoas. A OCDE (2025) dedica particular atenção ao acesso e à conclusão dos estudos superiores, lembrando que entrar é apenas uma parte do percurso. Uma porta aberta perde parte do seu significado se o estudante não encontrar condições para permanecer.

Permanecer depende de fatores que começam fora da sala. A renda de um quarto, o transporte, o acesso a materiais e a necessidade de trabalhar podem determinar quantas horas sobram para estudar. Uma universidade atenta acompanha os sinais de dificuldade antes destes se transformarem numa desistência. Organiza horários claros, oferece apoio académico e escuta quem tem percursos diferentes. Não se trata de baixar a exigência. Trata-se de criar condições para que o esforço e a capacidade de uma pessoa tenham oportunidade de se revelar, independentemente da situação económica da sua família.

Também os docentes e investigadores precisam de tempo e condições para realizar bem o seu trabalho. Preparar uma aula, acompanhar estudantes, rever um estudo ou manter uma parceria com a comunidade exige continuidade. Se a atividade de uma instituição for avaliada apenas pelo volume do que produz, arrisca-se a desvalorizar a qualidade de uma orientação cuidadosa ou de um projeto local que demora a amadurecer. Escolher prioridades é, por isso, uma responsabilidade central de quem dirige. Implica proteger a liberdade académica, distribuir tarefas com clareza e perguntar se os recursos disponíveis estão a servir os objetivos anunciados.

A cooperação internacional pode alargar esta capacidade. A Comissão Europeia (2026) refere que as alianças de Universidades Europeias reúnem cerca de 650 instituições de 35 países. Estudar ou desenvolver um projeto com colegas de outros lugares permite comparar métodos, partilhar equipamentos e olhar para um problema a partir de experiências distintas. Para Portugal, incluindo as regiões insulares, estas redes podem criar pontes que a distância geográfica tornaria difíceis. O seu valor será maior quando a participação chegar também a quem enfrenta barreiras de tempo, rendimento ou mobilidade.

Há um equilíbrio delicado a preservar. A universidade deve responder às necessidades do seu tempo sem ficar limitada ao que parece imediatamente útil. Algumas descobertas levam anos a mostrar aplicação. A filosofia, as artes e as humanidades ajudam a pensar o sentido das escolhas que as ciências e as tecnologias tornam possíveis. Formar alguém para uma profissão é essencial; formar alguém capaz de questionar, criar e participar na vida coletiva também o é. Quando estas dimensões se encontram, o conhecimento deixa de estar fechado em departamentos e torna-se uma força presente na sociedade.

Talvez as universidades do futuro sejam reconhecidas menos pelo brilho dos seus edifícios e mais pela qualidade das perguntas que ajudam a fazer. Conseguirão receber um estudante

jovem e um trabalhador experiente com igual respeito? Conseguirão usar novas ferramentas sem abdicar do pensamento próprio? Conseguirão produzir conhecimento rigoroso e devolvê-lo às comunidades? O futuro não chegará numa data marcada, nem será instalado como um programa informático. Será construído em cada aula que desperta curiosidade, em cada investigação que escuta o mundo e em cada pessoa que sai da universidade preparada para continuar a aprender com ele.

Referências Bibliográficas

Comissão Europeia. (2026, 10 de junho). 150 university leaders and the European Commission discuss the future of higher education. European Education Area. https://education.ec.europa.eu/whats-new/news/150-university-leaders-and-the-european-commission-discuss-the-future-of-higher-education

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2025). UNESCO survey: Two-thirds of higher education institutions have or are developing guidance on AI use. https://www.unesco.org/en/articles/unesco-survey-two-thirds-higher-education-institutions-have-or-are-developing-guidance-ai-use

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2025). Education at a glance 2025: Portugal. OECD Publishing. https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1a3543e2-en/portugal_4692d9a6-en.html

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2025). Education at a glance 2025: OECD indicators. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2026). Policies supporting responsible and systematic GenAI adoption in higher education. OECD Publishing. https://www.oecd.org/en/publications/policies-supporting-responsible-and-systematic-genai-adoption-in-higher-education_c4e5621f-en.html